



O turismo comunitário como desafio ao desenvolvimento sustentável: o caso da Resex do Batoque, Aquiraz/CE

The community tourism as a challenge to sustainable development: the case of Batoque's RESEX, Aquiraz/CE

El turismo comunitario como un desafío al desarrollo sostenible: el caso de la RESEX del Batoque, Aquiraz/CE

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.17n2.2017.1076>

Paulo Nicholas Mesquita Lobo < nicholasmesquita@gmail.com >

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 04-ago-2015

Aceite: 24-abr-2017

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

LOBO, P. N. M. O turismo comunitário como desafio ao desenvolvimento sustentável: o caso da Resex do Batoque, Aquiraz/CE. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 25-41, ago. 2017.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O principal objetivo deste estudo é analisar o turismo comunitário e sua gestão participativa como uma estratégia para se alcançar a sustentabilidade. Baseado nos pressupostos teóricos de Sen (2000) para o desenvolvimento e Veiga (2010) para a sustentabilidade, foi escolhida como estudo de caso uma entre 13 comunidades cearenses que realizam o turismo comunitário: a Reserva Extrativista do Batoque, situada no litoral leste do Ceará. Foram utilizados questionários semiestruturados aplicados em entrevistas realizadas entre maio e julho de 2014 com 62 famílias, com proprietários de equipamentos turísticos e com lideranças relacionadas à atividade. A partir dos resultados concluiu-se que o distanciamento das ações previstas em teoria, seguindo as bases conceituais definidas pelo LTDS (UFRJ, 2011), em relação às ações aplicadas na prática, não possibilita um caráter sustentável ao turismo comunitário desenvolvido no Batoque. A gestão precária, frágil articulação e participação popular no processo decisório, hegemonia de interesses privados, entre outros, dificultam uma melhor geração e distribuição de renda, formação de arranjos produtivos e mesmo uma melhor conservação do ambiente local.

Palavras-chave: Turismo comunitário. Desenvolvimento sustentável. Batoque.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the community tourism and its participatory management as a strategy for achieving sustainability. Based on theoretical assumptions of Sen (2000) to the development and Veiga (2010) for sustainability, it was chosen for case study one of 13 communities from Ceará who perform the community tourism: the Extractive Reserve of Batoque, located in the east coast of Ceará. Semi-structured questionnaires were used in interviews conducted between May and July 2014 with 62 families, with owners of tourist facilities and leadership-related activity. From the results it was concluded that the detachment of the actions foreseen in theory, following the conceptual bases defined by LTDS (UFRJ, 2011), regarding the actions implemented in practice, does not allow a sustainable character to the community tourism developed in Batoque. The fragile management, weak coordination and popular participation in decision making, hegemony of private interests, among others, hinder a better generation and income distribution, formation of clusters and even better conservation of the local environment.

Keywords: Community Tourism. Sustainable Development. Batoque.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar el turismo comunitario y su gestión participativa como estrategia para lograr la sostenibilidad. Sobre la base de los supuestos teóricos de Sen (2000) para el desarrollo y Veiga (2010) para la sostenibilidad, fue elegida como estudio de caso una de las 13 comunidades de Ceará que realizan turismo comunitario: la Reserva Extractiva de Batoque, que se encuentra en la costa este de Ceará. Cuestionarios semi-estructurados fueron utilizados en entrevistas realizadas entre mayo y julio de 2014 con 62 familias, con los propietarios de las instalaciones turísticas y el liderazgo relacionado con la actividad. De los resultados se concluye que el desprendimiento de las acciones previstas en la teoría, siguiendo las bases conceptuales definidos por LTDS (UFRJ, 2011), con respecto a las acciones implementadas en la práctica, no permite un carácter sostenible al turismo comunitario desarrollado en Batoque. La mala gestión, escasa coordinación y la participación popular en la toma de decisiones, la hegemonía de los intereses privados, entre otros, dificultan una mejor generación y la distribución del ingreso, la formación de grupos y aún mejor conservación del medio ambiente local.

Palabras clave: Turismo Comunitario. Desarrollo Sostenible. Batoque.

Introdução

Há duas correntes principais de pensamento acerca da atividade turística: a primeira diz respeito à importância do turismo como gerador de empregos e renda; a segunda, constituída como uma crítica ao primeiro pensamento, afirma que o turismo traz em seu bojo o espectro da destruição das culturas tradicionais, faz ressurgir relações de exploração neocolonialista, além de ocasionar degradação do ambiente. Becker (2001, p. 2) exemplifica essa dualidade ao definir o turismo como híbrido, “no sentido em que ele é, ao mesmo tempo, um enorme potencial de desenvolvimento e um enorme potencial de degradação socioambiental”. De acordo com Fontes e Lage (2003), essa diferença de enfoques está apoiada em metodologias diferentes que ignoram a possibilidade de se desenvolver as atividades de maneira equilibrada. Essa diferença de enfoques também está na origem do conceito de sustentabilidade (VEIGA, 2010). Como se desenvolver social e economicamente sem degradar o meio ambiente e catalisar mudanças culturais?

Algumas tentativas de se minimizar os impactos negativos trazidos pelo turismo têm demonstrado que a atividade pode ser realizada junto com preceitos sustentáveis (gestão cooperativa da atividade, capacidade limitada de carga, entre outros) e trazer melhora da qualidade de vida da população (aumento das ocupações produtivas, arranjos produtivos em cadeias mais longas, maior participação política, etc.). É nesse contexto que surgiu o turismo comunitário, pensado como uma alternativa sustentável à atividade turística em contraponto ao turismo de massa. Todavia, ao longo das últimas décadas, muitos segmentos têm aproveitado o crescente interesse pela sustentabilidade e buscado se caracterizar como tal mesmo não sendo efetivamente sustentável. Seria o turismo comunitário mais uma tentativa canhestra de se adquirir um “selo verde”? É dessa indagação que parte o presente estudo, tendo como principal objetivo analisar o turismo comunitário como uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Com o turismo litorâneo, o Ceará despontou como um dos principais destinos turísticos do Brasil. Contudo, esse “desenvolvimento” acarretou inúmeros problemas, principalmente para aquelas comunidades que tradicionalmente habitavam as regiões de praia (DANTAS, 2009). Entrementes, essas comunidades, como uma estratégia de resistência aos grandes empreendimentos, passaram a desenvolver uma forma mais “amigável” de turismo, baseada na participação comunitária no planejamento. Influenciados pelo que ocorreu em algumas localidades da América Latina, os moradores da Prainha do Canto Verde, situada no município de Beberibe, leste do Ceará, se organizaram em torno da criação de uma forma diferente de “fazer” turismo. Esse processo se deu em meados da década de 1990 após conflitos sobre a legitimidade da posse da terra (LIMA, 2002). Como esses conflitos se espalharam como regra em grande parte do litoral cearense, a experiência com o turismo comunitário da Prainha, vista como uma estratégia de defesa para a própria comunidade, começou a influenciar comunidades próximas. Os moradores do Canto Verde, por exemplo, passaram a prestar consultorias e oficinas para a instalação do turismo comunitário em outras localidades (FABRINO, 2013). De acordo com Borges (2011), foi o modelo de turismo comunitário pensado na Prainha do Canto Verde o norteador das novas experiências que tiveram vez na zona costeira cearense. O debate acerca desse novo pensamento cresceu e, junto às comunidades, construiu-se o Seminário Internacional de Turismo Sustentável entre os anos de 2005 e 2008, culminando na articulação que deu origem à Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum¹).

¹ As 13 comunidades e os dois pontos de apoio que fazem parte da Rede Tucum são: Tatajuba (Camocim), Caetanos de Cima (Amondada), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Ponta Grossa (Icapuí), Pousada Tremembé (Icapuí), Flecheiras (Trairi), Curral Velho (Acaráú), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Tapeba (Caucaia), Assentamento Maceió (Ita-

É aqui que entra a justificativa para a escolha de uma comunidade específica para o estudo de caso. A Reserva Extrativista do Batoque (Decreto-Lei s/n, de 05 de junho de 2003) é peculiar, pois além de ser uma Unidade de Conservação, situa-se próxima à capital do estado (receptora dos fluxos turísticos) e de um dos principais destinos turísticos cearenses, a praia do Porto das Dunas. A presença do turismo na história dos “batoqueiros” é tão enraizada que o próprio processo de formação da Resex se deu contra a pressão exercida pela especulação imobiliária trazida pelo crescimento do turismo. Na pesquisa exploratória que deu origem a este estudo, a gestão da Rede Tucum apresentou algumas comunidades que tinham maior dificuldade em construir suas iniciativas. Entre estas, apesar de todas as variáveis que poderiam fortalecê-la, estava o Batoque.

Veiga (2010, p. 165) explica que “a sustentabilidade não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse”. É por isso que se tornou essencial delimitar uma definição de desenvolvimento sustentável para a tessitura deste estudo. O debate acerca da construção do termo encontra um ponto de inflexão comum: a busca pela harmonia entre as dimensões econômicas, sociais e ecológicas de qualquer atividade (VEIGA, 2010). Ainda assim, um pilar para se iniciar a busca por essa “quimera” exige melhor delineamento. É dessa forma que o pensamento trazido à luz por Sen (2000)², que foca na dimensão social e na expansão das liberdades substantivas do indivíduo, surge como essencial à análise de um turismo gerido pela própria comunidade. A análise dos dados se pautará pela compreensão, a partir da metodologia de Sen (2000), do grau de liberdade proporcionado pelo turismo comunitário aos habitantes do Batoque, com foco na participação política e na expansão das ocupações produtivas a partir dos arranjos formados pelo turismo.

Como instrumentos da pesquisa, foram confeccionados três distintos questionários semiestruturados tendo os diversos atores do turismo como alvo. Lideranças que possuem alguma relação com o turismo ou com as instituições parceiras (ICMBio, Rede Tucum, Associação Caiçara, Associação dos Moradores do Batoque), proprietários e funcionários de equipamentos turísticos (barracas e pousadas) e os próprios moradores foram questionados. Visitas *in loco* para a realização de observações e levantamento de dados referentes ao ambiente local, além de visitas a comunidades parceiras que também realizam turismo comunitário foram consideradas. Todas as etapas da pesquisa de campo se deram entre os meses de maio e julho de 2014.

SURGE O TURISMO COMUNITÁRIO

O turismo representa uma forma peculiar de apropriação dos espaços tanto física como simbólica. O processo de mercantilização desses espaços gera inúmeros impactos (aqui, está se abordando basicamente o turismo tradicional, já que o turismo comunitário parte de outra perspectiva relacional entre o homem e a terra). A busca pela harmonização entre esses impactos impulsionou o surgimento de uma nova forma de se fazer turismo. Para compreender como esse processo se deu no litoral cearense, faz-se necessário conhecer o processo de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro.

pipoca), Vila da Volta (Aracati), além do Centro de Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (MST - Fortaleza) e Associação Mulheres em Movimento, no Conjunto Palmeiras (Fortaleza).

² Para Sen (2000), um verdadeiro desenvolvimento é conseguido com a expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, que é o conjunto entre os processos que permitem a liberdade de ações e decisões aliado às oportunidades reais que as pessoas têm.

O desenvolvimento de um olhar voltado para o mar e o crescente desejo pela praia foi fruto de um processo complementar entre vários fatores. Os aspectos sociais, econômicos e tecnológicos se somaram para permitir o interesse pelo litoral, desde a massificação de leis trabalhistas nos anos 1950 até o desenvolvimento dos transportes aéreos, permitindo deslocamentos espaciais em cada vez menos tempo, por exemplo. A emergência de novos valores, hábitos e costumes de lazer e saúde transformaram o mar e o litoral em local atrativo para a sociedade moderna (DANTAS, 2009). A mudança de paradigma em relação ao mar se deu de forma lenta e progressiva nos chamados países desenvolvidos e se espalhou por suas áreas de influência, entretanto, se desenvolvendo de forma característica quando se encontrou com as próprias modificações culturais de cada localidade.

A influência do modo de vida ocidental passou a modificar os espaços litorâneos nordestinos por meio da adoção de práticas que se transformaram em um consolidado turismo litorâneo, passando a representar um forte vetor de crescimento econômico. Isso incentivou a ação do Estado mediante políticas públicas para incentivar o turismo, o que ocasionou mudanças mais profundas no espaço, fechando um ciclo de causa e consequência que se retroalimenta (DANTAS, 2009). A opção por incentivar um desenvolvimento baseado nas formas hegemônicas de turismo (pensamento global x local) trouxe impactos ao ambiente e à cultura das sociedades que “receberam” a atividade, o que ocasionou embates principalmente com os tradicionais moradores dessas áreas (pescadores, indígenas, entre outros). Esse processo culminou na tentativa de se organizar de maneira diferente a atividade turística. Vale salientar que esse “novo turismo” surge como efeito também da ascensão de uma demanda engajada nesse pensamento. Zaoual (2009) chama essa demanda de turismo situado³. O “novo” turista busca algo mais além de lazer e exige diferentes práticas.

O turismo situado baseia-se em novas relações com a cultura dos sítios e com o meio ambiente. A nova demanda turística é uma demanda existencial, onde a proximidade, a profundidade do intercâmbio e as novas percepções das paisagens traduzem a profunda necessidade do indivíduo em se situar diante de um mundo anônimo e dominado por uma economia alienante (FABRINO, 2013, p. 40).

Desde a questão de se desenvolver um planejamento pensado em nível local até perceber o turismo como uma estratégia de defesa da posse da terra em contraposição ao avanço da especulação imobiliária (como aconteceu na gênese do turismo comunitário cearense), o turismo comunitário se coloca como uma alternativa sustentável ao modelo tradicionalmente desenvolvido. Enquanto os governantes pensavam sobre o crescimento do turismo, a população local se via alijada desse processo. Enquanto o turismo se desenvolve de acordo com um pensamento global, a população local não reconhece a cidade como turística (DESSE, 1996). Os movimentos de resistência das comunidades que tradicionalmente vivem nas zonas de praia “turistificadas” também se multiplicaram, se fortalecendo como crítica ao modelo de desenvolvimento adotado.

As zonas de praia perderam sua função tradicional de espaço de produção para ser apenas espaço de consumo (LEFEBVRE, 2000). Para Lefebvre (2000), o espaço é uma produção social, dialético, fruto de relações de produção e também causa dessas relações. É concebido, percebido e vivido de formas distintas. Contudo, o turismo transforma esses espaços em “zonas de consumo” (esse processo não é exclusivo da atividade turística, mas é bem característico desse nicho econômico). O espaço se transforma em mercadoria, “perde suas rugosidades e se esteriliza”, como afirma Guattari (1985). Para Lefebvre

³ De acordo com Zaoual (2009), o turismo situado tem ligação com a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, onde o sítio é um espaço de saberes partilhado que se traduz nas concepções e práticas de seus atores. Assim, o sítio influencia os comportamentos individuais e coletivos, além da paisagem, arquitetura, know-how, técnicas, economia, etc., da própria comunidade.

(2001), a concepção dos espaços, os grandes projetos, acabam por “criar” novas percepções, “destruindo” antigas relações que haviam ali. Guattari (1985) segue o mesmo raciocínio, embora lançando mão de outros conceitos, quando pensa os territórios existenciais. Para ele (1985), os equipamentos coletivos, instrumentos do planejamento, acabam por “desterritorializar” os espaços, “alisando-os” de significados. Os projetos turísticos têm essa característica de transformar profundamente os territórios onde se instalam. Alguns autores, como Marc Augé (2005), tratam da formação de não lugares, algo próximo da criação dos espaços estéreis, seguindo o pensamento de Guattari (1985). Entretanto, o que se pode dizer é que há uma ressignificação desses territórios com a transformação de sua dinâmica relacional.

Estudos realizados por Adrião (2007), Dantas (2003), Fontes e Lage (2003), Rodrigues (2010), entre outros, apontam os impactos causados pela adoção de um turismo “tradicional” em várias regiões e corroboram o pensamento desses teóricos do espaço. Mudanças profundas na organização social, nas relações comunitárias e mesmo na relação homem/meio ambiente são exemplos das transformações encontradas nas localidades pesquisadas. Vale a pena salientar que essas transformações não são exclusivas das experiências massificadoras, de grandes extensões, mas também são encontradas em várias outras áreas “turistificadas”. A questão se centra mais na maneira como a atividade é planejada e desenvolvida. Rodrigues (2010), por exemplo, percebeu como o crescimento do turismo produziu mudanças na percepção dos moradores da comunidade de Tatajuba em relação à terra, em processo característico aos conceitos pensados por Lefebvre (2000). Passou-se da concepção de direito sobre a terra, dado pelo uso e o atendimento às necessidades, para uma concepção mercantil desta (valor de uso x valor de troca). São os efeitos deletérios da especulação imobiliária impulsionada pelo turismo e que se caracterizou em grande parte do litoral cearense. A comunidade passou a “rachar” e as clivagens internas aprofundaram os problemas.

O turismo comunitário tem a nomenclatura ligada à comunidade pois requer o envolvimento da maior parte dos moradores locais, elaborando um processo de planejamento participativo desde as tomadas de decisões até a execução das atividades. A busca pelo envolvimento da maior quantidade possível de pessoas tem a ver com a tentativa de minimizar os conflitos e de abranger uma amplitude cada vez maior de visões sobre a atividade e sua relação com o local. Esse é um traço que inspira as iniciativas de turismo comunitário e que permeia todos os conceitos já referenciados sobre o tema, como aborda o relatório sobre o marco teórico que o define, do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (UFRJ, 2011). Em teoria, tem seu “núcleo duro” de desenvolvimento centrado na própria comunidade, pressuposto que põe a preservação ambiental e a responsabilidade social em primeiro plano, pois são “bens” da própria comunidade e a ela diretamente relacionados.

Ainda devido ao caráter participativo, espera-se que a maior parte da renda oriunda da atividade não saia da comunidade, impulsionando a economia local. A maioria das definições sobre turismo comunitário também traz a necessidade da atividade não ser caracterizada como atividade-fim e sim como complementar às outras atividades econômicas realizadas no contexto comunitário (FABRINO, 2013). Talvez a grande atualização que o turismo comunitário aborda em contraposição ao turismo convencional seja justamente a compreensão do turismo como um subsistema que se conecta em relação de interdependência com outros subsistemas, como a educação, a saúde e o meio ambiente. O conceito ainda exige a necessidade de uma capacidade de carga restritiva, o que auxilia na manutenção da resiliência ambiental (capacidade de carga aqui se refere a uma quantidade limite de pessoas que a atividade pode demandar, facilitando o controle das variáveis ocasionadas por essa demanda). Outra característica importante é a flexibilidade de sua definição, o que explica a diversidade de conceitos acerca do tema. A diversidade dos territórios,

das culturas, faz com que cada localidade demande um tipo específico de organização comunitária e, por conseguinte, de turismo comunitário.

No geral, os traços característicos de uma proposta de turismo comunitário vão ao encontro do que Sen (2000) apregoa como necessário ao desenvolvimento: a questão do empoderamento da população local. A importância dada ao processo de valorização social também é um dos principais objetivos, como explicam Sansolo e Bursztyn (2009). Esses autores (2009) ainda abordam essa temática como sendo a “base endógena da iniciativa e do desenvolvimento local”, onde esse “novo” turismo tem que surgir como uma demanda legítima dos grupos sociais que habitam o lugar turístico e que estabelecem com este uma relação de dependência material e simbólica.

Outra consequência da valorização cultural é a “interculturalidade”, ou seja, o intercâmbio cultural, novidade em relação ao turismo convencional e sua uniformização dos espaços (não é que não exista intercâmbio cultural por meio do turismo convencional, mas é que no turismo comunitário parte-se de uma perspectiva menos assimétrica de “encontro”, com a valorização das culturas locais em detrimento de uma “imposição” cultural, por assim dizer). O “encontro”, com o sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua, se torna a principal imagem do turismo comunitário (ZAOUAL, 2009).

Algumas características também são apontadas como causa do fracasso de experiências de turismo comunitário e devem ser levadas em consideração. Benevides (1997) alerta para a consideração de que a comunidade não representa um organismo isento de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse. Para ele (1997), apenas diminuir o espaço considerado não representa aumento da participação, agir dessa maneira é desconsiderar a existência de poderes dentro das relações sociais de dominação criadas internamente. Essa crítica serve para que se percebam as relações de poder, as barreiras políticas externas, a presença de um grupo hegemônico e sua influência no processo decisório, entre outros fatores que descaracterizam a própria ideia de turismo comunitário. Essas críticas serão melhor debatidas na análise dos dados, já que corroboram muito o que foi percebido durante a pesquisa.

A RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE

O Batoque é uma das seis praias do município de Aquiraz. A praia fica a 54 km de Fortaleza e é a que possui a menor taxa de ocupação da faixa litorânea dentro de Aquiraz, abrigando uma pequena comunidade de pescadores (VIDAL, 2006). Por se situar na divisa com o município de Cascavel, guarda com este e com Pindoretama fortes relações econômicas e sociais. O acesso rodoviário ao Batoque, por exemplo, se dá por meio de Pindoretama, pela CE-040 e depois por uma estrada vicinal sem pavimentação. Batoque, depois de um longo processo de conflito com a especulação imobiliária, se tornou Reserva Extrativista em 2003, sendo formado por 601 hectares e 13.510 metros de perímetro (Decreto s/n, de 5 de junho de 2003).

Não há como abordar o Batoque e a posterior organização da comunidade sem tocar na relação de Aquiraz com o turismo. Aquiraz se localiza dentro da Região Metropolitana de Fortaleza e é um dos principais destinos turísticos do estado. De acordo com dados da Secretaria de Turismo – Setur (2009), em 2008 a participação do Porto das Dunas (4,8%), Prainha (5,3%) e Iguape (4,4%) no mercado turístico estadual colocava o município de Aquiraz como um dos mais procurados. O turismo chegou ao litoral aquiraense de acordo com a expansão do interesse pela praia. Com a natural “escassez” desses locais em Fortaleza, a demanda se voltou para as regiões litorâneas próximas. Já na década de 1970, o litoral do

Aquiraz começou a perceber a transformação por meio do veraneio e das segundas-residências (LIMA, 2002). O turismo litorâneo começou a se desenvolver em um segundo momento.

A valorização dos espaços litorâneos não demorou a atingir o Batoque. De acordo com Silva (1987), a ocupação da praia se iniciou por volta de 1860, por meio de pescadores e extrativistas de tabuba (*Thypha domingensis*). Oficialmente, passou a existir a partir de 1893, quando foi criado o distrito de Jacaúna. Todavia, a característica de comunidade apenas de pescadores permaneceu até meados da década de 1980, quando a especulação imobiliária alcançou a região. A comunidade foi perdendo o controle das terras gradativamente, quando alguns moradores passaram a vender suas posses (VIDAL, 2006). Auxiliados por algumas instituições não governamentais, a luta pela permanência nas terras se consolidou com a criação da Associação de Moradores do Batoque em 1989. Fortalecidos, eles iniciaram um longo processo para reaver parte das terras, inclusive lutando contra um dos proprietários de um dos maiores grupos industriais do Ceará, que reclamava para si grande parte do Batoque. Durante esse embate, foi sugerida uma maneira mais eficiente para garantir a posse coletiva da terra em definitivo: a criação de uma Reserva Extrativista (LIMA, 2002).

Em 2003, foi instituída a Resex do Batoque, uma Unidade de Conservação de uso sustentável, caracterizada por ser uma área habitada por populações extrativistas tradicionais, no qual a subsistência é baseada no extrativismo, como a pesca e, complementarmente, agricultura e criação de animais de pequeno porte (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000). Segundo o ICMBio, responsável pela administração e execução das Unidades em território nacional (Lei nº 11.616, de 28 de agosto de 2007), a criação de uma Resex visa “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”⁴. Quando uma área se torna Resex, transforma-se em um domínio público, sendo que as populações que lá habitam possuem um contrato de concessão de direito real de uso.

Embora com maior autonomia, os moradores da Reserva ainda enfrentam profundos problemas socioeconômicos. Vidal (2006) levantou, por exemplo, que 27% da população do Batoque não sabia ler nem escrever. A praia ainda não possui saneamento básico, sendo ainda utilizadas fossas rudimentares na maioria das residências. A coleta de lixo é realizada regularmente, embora sem coleta seletiva. A própria criação da Reserva ainda divide os moradores, que pensam terem perdido independência ao se submeter a um órgão estatal. Essa diferença de pensamento é um dos exemplos dos conflitos internos que afetam o Batoque. Borges (2011) reflete acerca da falta de coesão interna afirmando que quando o “inimigo” é externo, a organização comunitária se fortalece, tendo objetivos coletivos. Porém, quando os obstáculos são domésticos, os laços comunais, como solidariedade e união, se enfraquecem e dificultam o desenvolvimento. Como trabalhar para que isso não aconteça? É um dos problemas que estão na gênese das propostas de turismo comunitário ao buscar incentivar uma maior participação de todos os agentes da comunidade.

O TURISMO COMUNITÁRIO NO BATOQUE

De acordo com o ICMBio, residem no Batoque 262 famílias, em um total de aproximadamente 1.000 habitantes. Os questionários que tinham como alvo os moradores da Reserva englobaram 62 famílias e, aproximadamente, 151 moradores, já que apenas um membro de cada grupo familiar foi entrevistado, às

⁴ Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

vezes transmitindo dados demográficos com pouca exatidão. Os dados levantados contemplam 23,66% das famílias. A margem de erro da amostra é de 6% (tendo como base a maior quantidade possível de acerto esperado). Os valores são alcançados por meio da utilização desta fórmula estatística indicada por Morettin (1999) para variável intervalar e população finita:

$$n = \frac{Z^2 \cdot o^2 \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + Z^2 \cdot o^2}$$

Onde:

n = amostra

Z = nível de confiança (valores tabelados)

O² = variância populacional⁵

N = população total

e = erro amostral

Empreendimentos turísticos (barracas e pousadas) foram recenseados e um questionário semiestruturado foi aplicado aos proprietários e funcionários dos estabelecimentos (foram recenseadas sete barracas, em um total de 18, e duas pousadas), além das lideranças e dos principais parceiros do turismo no Batoque que também foram entrevistados. Todos os questionários aplicados buscavam compreender o nível de participação desses agentes no turismo e, particularmente, no turismo comunitário realizado na Reserva. Como se dá a participação de cada grupo nas assembleias que decidem as ações do turismo comunitário, a divisão de renda, a formação de arranjos produtivos, a divulgação das assembleias, o grau de conhecimento acerca das atividades, entre outras variáveis serão abordadas mais profundamente no decorrer deste tópico.

De acordo com os relatos coletados, observou-se que o turismo comunitário começou tardiamente a ser realizado na comunidade, se for levada em consideração sua existência em outras comunidades cearenses. É somente a partir da evolução dos primeiros passos em relação à organização da Rede Tucum que o Batoque passou a perceber a importância estratégica do turismo comunitário, ou seja, no final da década de 2000. De acordo com os líderes, apesar de a comunidade já estar ligada à Rede desde sua criação, a articulação para a construção da primeira pousada, basilar para o desenvolvimento da atividade, se deu apenas por volta de 2010. Uma das principais justificativas foi o desinteresse dos comunitários com as experiências de turismo alternativo, além de um laço estreito com os chamados veranistas, ainda bastante presentes na Reserva.

Aqui, se faz essencial compreender o papel das instituições de apoio. A Rede Tucum é o músculo que impulsiona o desenvolvimento do turismo comunitário. O papel da Rede é justamente interligar e articular as comunidades que realizam turismo comunitário, além de realizar a promoção e comercialização coletiva. As comunidades participam ativamente da estrutura da Rede por meio de representantes em todos os níveis. O elo mais importante de toda a estrutura são os Grupos de Turismo (no Batoque o GT é constituído pelo Conselho Deliberativo da própria Associação de Moradores). É o GT que atua como gestor, definindo os limites e moldes do desenvolvimento em consonância com as estratégias da Rede

⁵ A variância populacional foi trocada por P.Q (quantidade de acerto esperado pela quantidade de erro esperado, em porcentagem).

(REDE TUCUM, 2013). Alguns grupos auxiliam a Rede, como a Associação Caiçara, o Instituto Terramar e a Associação para o Desenvolvimento Local Coproduzido (Adelco).

O pagamento pelos serviços turísticos é feito diretamente à comunidade. As trilhas e produtos turísticos são planejados e realizados pelo GT. O que se percebeu é que o GT do Batoque ainda é desarticulado, sem possuir sequer uma estrutura formalizada, sendo apenas uma “pauta” para o Conselho Deliberativo da Associação (em outras comunidades, como Caetanos de Cima, o GT possui uma coordenação que se divide em subgrupos como hospedagem, alimentação e transporte, entre outras atribuições). Como incentiva o conceito e o objetivo principal do turismo comunitário, é a própria comunidade que faz a gestão (prestação de contas, organização, etc.) dos equipamentos turísticos. A Rede conta apenas com uma taxa anual referente a 10% da receita arrecadada em cada comunidade. O que deve ser enfatizado é a transparência de todo o processo. Todos os atos do GT devem ser publicizados em assembleias e debatidos com a comunidade. Isso se torna essencial para que o turismo comunitário ganhe apoio popular e demonstre viabilidade.

Toda a renda gerada pelo turismo comunitário do Batoque ainda é voltada apenas à manutenção do único equipamento comunitário lá existente, a pousada Marisol. É interessante apontar que nenhuma das barracas é ligada ao GT, embora os proprietários participem da Associação de Moradores. Uma parte dos proprietários até apoia o turismo comunitário, mas a maioria não deseja se engajar na articulação da atividade por não querer desviar o foco de seus empreendimentos. Ainda em relação à frágil organização do GT, dados mais específicos sobre o fluxo de turistas para a pousada comunitária foram buscados na Rede e na própria Associação de Moradores, por exemplo, porém, essa informação não existia. O que se pode apresentar é que há uma predominância de turistas estrangeiros, notadamente nos meses de férias europeias, e turistas oriundos de Fortaleza⁶. As visitas se dão quase em sua totalidade durante os fins de semana e datas comemorativas.

Outro dado destacado durante as entrevistas com as lideranças foi um possível desinteresse da Associação em relação ao turismo, o que pode explicar em parte a desarticulação. A Rede também se queixa da baixa frequência dos representantes do Batoque nas Assembleias e reuniões, além do contato intermitente com o GT. Parece haver um desinteresse da gestão, que não percebe maior horizonte no turismo alternativo e não quer “quebrar” a dinâmica já consolidada dos veranistas. Vale dizer que parte da cúpula diretora da Associação é proprietária de equipamentos turísticos, o que pode explicar em parte esse desinteresse. Essa desarticulação que começa “por cima”, com as lideranças, tem impacto direto na forma como a população em geral se organiza. A última questão da entrevista destinada aos gestores envolvidos com o turismo comunitário (seja das instituições parceiras, seja da própria Associação) traz quase em uníssono a mesma inquietação: há a necessidade de melhor articulação e envolvimento dos moradores em torno do turismo comunitário! Contudo, como estimular e incentivar a comunidade a participar se a própria direção não demonstra tanto interesse?

O principal questionamento da entrevista direcionada à comunidade visa justamente entender como a população percebe o turismo comunitário, como ela apoia essa ideia e como se engaja em sua produção. A comunidade foi dividida por zonas (as residências próximas à praia e próximas à lagoa, rua principal e residências periféricas), buscando uma amostra da população o mais abrangente possível. Embora tenha havido a preocupação dessa divisão, a amostragem escolhida foi aleatória e simples. Houve equilíbrio de

⁶ De acordo com a Rede Tucum (2013), durante o último ano foram registrados entre 1500 e 2000 visitantes em todas as comunidades associadas à Rede, contabilizando inclusive aqueles que não pernoveram, mas utilizaram os equipamentos comunitários.

gênero entre aqueles que prestaram as informações (30 homens e 32 mulheres) e também na composição da amostra recenseada (80 homens e 71 mulheres). Em relação à faixa etária, houve uma predominância da população adulta jovem (de 20 a 49 anos) tanto entre aqueles que prestaram as informações (56,4%) como entre a amostra (57,7%). Em relação à renda, as famílias se dividem em cinco principais faixas salariais, sendo que a maior parte recebe rendimentos em torno de um salário (30,6%). Tomando uma visão geral, 72,5% das famílias da Resex percebem até dois salários.

A análise dos dados referentes à composição da amostra é particularmente importante, pois evidencia a existência massiva de uma população economicamente ativa. Conhecer a ocupação de grande parte dessa população também é importante. Assim, de um total de 151 pessoas recenseadas, observa-se uma óbvia predominância da pesca como atividade econômica principal (20,52%), seguida por um expressivo número de aposentados (11,92%) e domésticas (9,93%). A existência de atividades geradoras de rendas complementares não é um fato isolado: 31 moradores responderam realizar alguma atividade extra. Destes, a maior parte faz artesanato (19,35%), seguido por algum serviço nas barracas ou alguma atividade envolvendo a própria pesca (16,12% cada). Isso é interessante, pois representa uma predominância das atividades diretamente impactadas pela atividade turística.

Outro número importante quando se analisam esses dados é a participação de elevado número de caseiros (7,2% das ocupações). O próprio ICMBio reconhece a existência de aproximadamente 130 casas de veraneio na Resex. Mesmo com o histórico de conflitos originados pela especulação imobiliária, o veraneio ainda possui relevância econômica para a Reserva. Essa questão foi trabalhada na entrevista ao se indagar sobre turismo (o veraneio foi apresentado como uma vertente do turismo). Cinquenta e uma famílias afirmaram ser a favor do desenvolvimento do turismo. Destes, 40 defendem essa posição abordando os pretensos benefícios econômicos. Outras nove famílias afirmaram ser a favor, todavia, com ressalvas. “Talvez se viesse com maior fiscalização”, abordou uma moradora. Outra, mais engajada, afirmou ser contra o “turismo de massa, que degrada e destrói”. Quando se falou do veraneio de forma mais específica, todos estes apoiavam, embora grande parte separe os antigos veranistas dos que porventura venham a “habitar” a região. “Quem já está pode ficar, mas não se pode mais ampliar”, disse uma moradora. Outro dado interessante é que apenas cinco famílias se opuseram ao turismo. A questão da insegurança, drogas e conflitos trazidos pelos visitantes foi a grande explicação para que houvesse uma barreira contra a atividade. Esses dados são intrigantes, pois a maior parte da população está “disponível” para participar da atividade, representando uma margem ampla para se aprofundar o engajamento.

A seguir, foi questionado de forma mais específica se algum membro da família mantinha alguma relação com o turismo ou com o veraneio. O resultado mostra de forma mais profunda a participação do turismo na conjuntura socioeconômica da Reserva, com 51,6% dos moradores respondendo afirmativamente. Entre as ocupações citadas, 31,2% têm ligação direta com o veraneio (aluguel de casas, caseiros e diaristas), enquanto outras 37,5% são ligadas às barracas (o restante se divide entre as pousadas, trilhas, artesanato, venda de pescado e bugueiros). Vale salientar que muitos destes realizam mais de uma tarefa relacionada ao turismo. Com um número relativamente baixo de moradores preocupados com a ambiguidade do turismo, buscou-se entender como a população observa a ascensão do turismo comunitário. O percentual daqueles que se colocam a favor da atividade continua alto (56,4%), porém, o número de pessoas que são indiferentes (41,9%) aumenta consideravelmente. Essa indiferença se dá mais pela falta de conhecimento referente ao assunto. Mais da metade das famílias entrevistadas (51,6%) afirmaram nunca terem ouvido falar sobre “esse tipo de turismo” ou ter poucas informações. Isso demonstra que não só aqueles que se mostraram indiferentes percebem poucas informações, mas também alguns moradores que apoiam a atividade.

Apenas uma parte daqueles que responderam afirmativamente explicaram sua posição de forma precisa e segura (19,3% do total), abordando as vantagens de se gerir a atividade de maneira cooperativa (“a renda é mais bem distribuída”, “a renda fica aqui”, “tem menos impacto sobre o ambiente”). O restante que apoia se dividiu de forma mais crítica, com alguns afirmando reconhecer essa abordagem como idêntica ao turismo convencional ou com poucas diferenças (16,1% do total), enquanto outros foram mais além e afirmaram que a comunidade não tem preparo ou intenção real de gerir o turismo (12,9% do total). Esses dados são relevantes, assim como as afirmações de alguns moradores de que o problema, antes de tudo, é político. “Eu não sei bem o que acontece, pois somente alguns é que estão junto da gestão”, afirmou um morador. Isso deixa claro que a divulgação da atividade não está sendo feita de maneira satisfatória. A questão da transparência das atividades ou mesmo a publicização dos atos da gestão não estão conseguindo incentivar ou fazer com que a população “queira participar”.

Essa análise traz à tona a dúvida sobre como está sendo incentivada a participação da comunidade. Como observado anteriormente, quem deve estar à frente de todo o planejamento é o GT. Não obstante, como o GT é formado pelo Conselho Deliberativo da Associação de Moradores, esta tem papel central na mobilização da comunidade nas questões que se referenciam ao turismo comunitário. Dessa forma, buscou-se entender como se dá a participação da própria comunidade no processo de tomada de decisão da Associação de Moradores. De acordo com a Associação, as decisões sobre turismo são tomadas em acordo durante as reuniões. Questionados se participavam da Associação de Moradores, 74,2% dos moradores responderam de forma positiva. Todavia, a participação vai além do associativismo.

Assim, mais da metade (51,6%) respondeu que participa de forma esporádica e raramente (incluindo algum membro familiar) vai às reuniões ou não participa de forma alguma (incluindo aqueles que não são associados). Se forem levados em consideração apenas os dados referentes aos associados ainda assim os números serão significativos (34,8%). Muitos afirmam não verem efetividade nas decisões tomadas. Isso reflete falta de legitimidade da gestão atual para esses moradores, o que, obviamente, influencia negativamente a adesão a qualquer ação da Associação. A gestão contestou essas afirmações argumentando que grande parte só comparece quando as decisões têm relação direta com interesses particulares. Por outro lado, 65,2% dos associados participam ativamente, ainda um número expressivo. Todavia, esses números tornam ainda mais complexa a relação com a ignorância de grande parte da população sobre o turismo comunitário. Um olhar mais atento demonstrará que 62% daqueles que se dizem pouco informados sobre o turismo comunitário participam da Associação. Em algum momento o incentivo à atividade é ineficiente. Se esses moradores estão presentes durante a maior parte das tomadas de decisão, como não conhecem o turismo comunitário? O que se pôde verificar foi que as reuniões acerca da atividade são escassas e tomam pouco tempo dos associados. Mais uma vez fica evidente a própria falta de interesse da gestão.

Em relação ao interesse em participar do turismo comunitário, grande parte (64,5%) se colocou de forma positiva. As explicações variam em diversos tons, mas o traço comum é que se houver maior incentivo, eles se engajariam, ou seja, quando os pesquisadores explicavam o que representava em teoria uma proposta de turismo comunitário, grande parte dos entrevistados demonstrava real interesse, inclusive indagando como isso poderia ser feito no Batoque. Outro ponto turbulento em relação ao turismo comunitário da Resex é a questão da baixa adesão dos empreendimentos turísticos. Todas as barracas (18) e pousadas (com exceção da Marisol, evidentemente) são particulares. O dado que mais intriga é em relação à participação dos “barraqueiros” e dos donos das pousadas na Associação. Apenas uma barraca não está associada, enquanto as duas pousadas possuem representação ativa. Mais uma vez,

a questão da mobilização das lideranças é colocada em xeque. Não é que isso seja fundamental em todas as propostas de turismo alternativo, mas em relação às comunidades que se agregaram à Rede Tucum, a movimentação das lideranças é essencial para incentivar a comunidade como um todo.

A questão ambiental é um fator positivo da Reserva e que influencia positivamente as iniciativas turísticas. As três unidades geoambientais encontradas em Batoque (VIDAL, 2006) estão bem conservadas. Na planície litorânea, unidade mais impactada pela atividade turística, há forte presença de barracas no pós-praia e também na praia. A instalação de equipamentos turísticos no pós-praia tem relativo impacto na dinâmica de materiais e na composição do lençol freático, já que ainda se situa dentro de uma área de transição de material arenoso que sofre impacto da ação eólica. Ainda na planície litorânea, entre a faixa de praia e os tabuleiros, situam-se as unidades de maior representatividade: as dunas. Vidal (2006) classifica as dunas do Batoque como tendo características peculiares, sendo a maior parte classificadas como dunas semifixas. O impacto produzido pelo turismo aí ainda é baixo. Talvez as trilhas promovam erosão moderada por ocorrerem em baixa escala e em períodos espaçados no tempo. O maior impacto sobre o campo de dunas é a questão das moradias próximas às dunas móveis (a maioria das residências encontradas foi de veranistas).

A lagoa do Batoque também não percebe maiores impactos negativos. Caracterizada como uma lagoa interdunar perene (VIDAL, 2006) e situada na planície flúviolacustre, a lagoa sofreu pressões devido ao crescimento do número de moradias em seu entorno. Um projeto de recuperação da área construiu 80 canteiros biossépticos (fossas verdes) nas residências e estabelecimentos situados próximos à lagoa, mitigando o problema. Os tabuleiros pré-litorâneos ainda possuem uma vegetação característica (vegetação de tabuleiro), com poucas atividades antrópicas sendo realizadas sobre eles. A pavimentação da estrada é que pode trazer maior impacto a essa unidade e causa relativa preocupação aos gestores.

CONCLUSÃO

O turismo comunitário é a síntese do desenvolvimento sustentável, com as limitações ambientais respeitadas por sua escala reduzida de produção e pelo envolvimento hipotético da comunidade. Mais além, busca realizar e manter uma real expansão das liberdades substantivas das pessoas. Isso não quer dizer que todas as experiências conseguem atingir esses objetivos, envolver a comunidade, facilitar a participação política ou aumentar a cadeia de produção e os arranjos produtivos relacionados ao turismo. O que se observa é que a prática apresenta obstáculos que não são previsíveis do ponto de vista teórico. É dessa forma que a análise do turismo comunitário realizado pela comunidade do Batoque se torna interessante, principalmente ao apontar e discutir os questionamentos que impedem que o turismo comunitário realmente alcance a sustentabilidade. Diante dos dados coletados, inclusive, sequer se pode falar que há um turismo comunitário sendo gerido na Resex do Batoque. Mas, claro está que existe uma tentativa, principalmente de alguns agentes (seja por parte dos moradores, ICMBio ou a própria Rede Tucum).

A questão econômica é essencial até mesmo como justificativa para a prática do turismo. Um diálogo mais horizontal com o mercado, por exemplo, permite que a proposta chegue à demanda especializada. Diante da dificuldade estrutural, uma aproximação com alguns mecanismos do próprio turismo convencional, como agências de viagens, poderia dinamizar a promoção sem que isso desvirtuasse os

propósitos comunitários. A própria aproximação com instituições do Estado pode ser mais efetiva e são ações quase inexistentes lá. O próprio Plano Nacional do Turismo (BRASIL, 2008), do governo brasileiro, tem como principal objetivo a busca incessante por um turismo mais sustentável que envolva a população local e dinamize seu desenvolvimento socioeconômico. Falta força para se chegar a um diálogo com as Secretarias de Turismo, mas falta estrutura organizacional também. Uma maior organização da própria comunidade pode fortalecer a pressão sobre esses organismos estatais e torná-los parceiros mais atuantes, mesmo que não seja apenas em propostas que envolvam o turismo comunitário, já que uma parte da comunidade não deseja desenvolver esse modelo de turismo.

A proximidade com o complexo turístico do Porto das Dunas e com Fortaleza pode ser transformada de ameaça em aliado estratégico, ajudando na promoção do turismo diferenciado do Batoque, seja por meio da publicidade ou mesmo aproveitando os fluxos que para ali se destinam, lançando mão de parcerias, por exemplo. Outras ações também devem ser tomadas, como a diversificação dos produtos turísticos. Não somente no Batoque, mas na maioria das comunidades parceiras, percebe-se uma ênfase exagerada no turismo de sol e praia. O contato com a comunidade, a troca de experiências e vivências, a cultura peculiar, ou seja, a essência do turismo de base não é desenvolvida de forma mais profunda. A relação com o mar e com algumas culturas agrícolas ou entre os próprios moradores poderia ser mais bem trabalhada como atrativo turístico “batoqueiro” e, ao mesmo tempo, valorizar a própria cultura local, incentivando a adesão da comunidade.

O desenvolvimento como liberdade apregoado por Sen (2000) é um conceito alcançado mediante várias perspectivas “instrumentais” como liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, segurança protetora e transparência. Essas vertentes se correlacionam e são interdependentes. É dessa forma que o autor (SEN, 2000) faz uma crítica à ênfase dada aos rendimentos econômicos. A renda é apenas mais um “instrumento”. É nessa linha que se observa o turismo comunitário do Batoque. Há a necessidade de uma melhor institucionalização da atividade, da gestão e do planejamento (seja por meio da própria gestão da Associação ou por meio de um GT menos dependente, que possa dialogar com a Rede de forma mais profícua) para que se alcancem níveis relevantes de geração de ocupações e renda, além de maior envolvimento popular. A participação dos agentes externos é essencial nesse processo. Apesar das queixas, as comunidades e instituições parceiras podem agir de maneira mais contundente, inclusive apresentando estratégias alternativas ou mesmo outras atividades correlacionadas e que possam inserir o Batoque de forma mais efetiva na Rede. A troca de experiências e o diálogo com outras comunidades devem ser aprofundados, mesmo que informalmente. Aqui, mais uma vez, o papel da Rede Tucum é essencial. Algumas comunidades, como Caetanos de Cima, já desenvolvem inúmeras atividades socioeconômicas diretamente relacionadas ao turismo (os quintais produtivos são um bom exemplo), inseridas no contexto dos arranjos produtivos.

O turismo comunitário também deve servir de elemento incentivador da expansão das liberdades políticas dos indivíduos. Por meio dele a população pode perceber maior força e participar de forma mais ativa da vida política da comunidade. Por exemplo, uma parte dos moradores não percebia sentido em se organizar politicamente, mesmo a Resex sendo fruto de uma articulação política que exigiu alguma coesão interna. Por meio do turismo de base, a população poderia perceber a força do associativismo e voltaria a participar da vida política da comunidade. Já nos meses finais da pesquisa havia forte disputa política entre grupos profissionais que não mais participavam da Associação de Moradores, construindo uma nova Associação, fechada para os pescadores e familiares. Isso demonstra como a política interna do Batoque está “rachada”.

O empoderamento da população local, que passa a orientar seus destinos, também é elemento-chave para a sustentabilidade. Na prática, observa-se que alguns grupos hegemônicos ocupam os espaços estratégicos da gestão, transformando seus interesses nos interesses do grupo, como o fato de parte da direção da Associação ser proprietária de empreendimentos turísticos privados. O turismo comunitário deve nascer como uma demanda primária da própria comunidade, fruto de um processo lento e gradativo que se inicia com o conhecimento sobre essa forma de gestão participativa. Mas, no Batoque, grande parte da comunidade desconhece o próprio significado de turismo comunitário. A clivagem entre os diversos interesses da própria população acaba por influenciar negativamente a execução da atividade. O espírito comunitário construído ao longo do tempo pelo processo de luta pela terra viu-se minimizado perante a ascensão de interesses individuais. Como explicar a existência prévia de duas pousadas privadas, por exemplo, em detrimento da organização de uma pousada comunitária? E o fato de nenhuma das barracas ter ligação formal com a gestão comunitária?

O Batoque até percebe algumas vantagens comparativas em relação a outras comunidades, principalmente por se situar dentro de uma Resex. A dimensão ambiental é mais bem planejada, além do processo de formação da Reserva mostrar a capacidade de mobilização da população local. Mesmo o turismo comunitário não atingindo seus objetivos no Batoque, não se pode negar que apenas a proposta de realização dessa forma de se pensar o turismo já impede o crescimento em escala maior dos impactos negativos característicos do turismo convencional, amplificados em comunidades tradicionais e ambientes frágeis, que ali tantas influências já causou. Contudo, quando o turismo comunitário não é planejado dentro das exigências específicas aqui já abordadas, acaba por ser apenas uma reorganização do discurso do turismo convencional e de seu crescimento econômico, voltado para poucas pessoas e privilegiando interesses particulares, não rompendo com o padrão anterior. É esse o destino do turismo comunitário do Batoque caso seu caminho não seja repensado e reorganizado.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, D. Pescadores de sonhos: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis-PA. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 1, p. 11-21, 2007.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobre-modernidade. 1ª edição francesa. Lisboa: 90 Graus, 2005.
- BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 01-07, 2001.
- BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-41.
- BORGES, C. I. **O turismo comunitário em comunidades tradicionais da zona costeira do Ceará – em foco a experiência da Rede Tucum**. 2011. (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Brasil, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 27 mai. 2014.

BRASIL. Decreto s/n, de 5 de junho de 2003. Cria a Reserva Extrativista do Batoque, no município de Aquiraz, no estado do Ceará, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jun. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9892.htm>. Acesso em: 27 mai. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 05 mai. 2014.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma Geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, S. C. **Turismo, produção e apropriação do espaço e percepção ambiental: o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará**. 2003. (Dissertação de M.Sc.) – Prodepa, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Brasil, 2003.

DESSE, M. L'inégale maritimité des villes des départements d'outre mer insulaires. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Org.) **La maritimité aujourd'hui**. Paris: L'Harmattan, 1996.

FABRINO, N. H. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. (Dissertação de M.Sc.) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília: Brasil, 2013.

FONTES, E. de O.; LAGE, C. S. Apropriação do espaço pelo turismo em Sauípe e seu impacto no desenvolvimento local. In: CORIOLANO, L. N.; LIMA, L. C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: Eduece, 2003.

GUATTARI, F. **Espaço e poder: a criação de territórios na cidade**. Espaço & Debates: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 5, n. 16, 1985.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Anthropos, 2000.

LIMA, M. do C. de. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. (Tese de Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo: Brasil, 2002.

MORETTIN, L. G. **Estatística básica**. Volume 1 – Probabilidade. São Paulo: Makron books, 1999.

REDE TUCUM. **Caderno de normas da Rede Tucum** – Rede Cearense de Turismo Comunitário. Rosa Martins (Org.). Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

RODRIGUES, L. C. **Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais: conflitos e interesses em relação à propriedade da terra**. Civitas, Porto Alegre, v. 10, n. 3, 2010.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO – SETUR. **Estudos turísticos da Setur: evolução recente do turismo no Ceará**. Fortaleza, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. V. da. **Modelo de aproveitamiento y preservación de los manglares de marisco y Barro Preto – Aquiraz/CE**. 1987. Dissertação (Mestrado em Planificação Rural e Meio Ambiente) – Centro Internacional de Altos Estudos Agronômicos Mediterrâneo de Zaragoza, 1987.

UFRJ. LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório Técnico**: marco referencial teórico para o turismo de base comunitária. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/UFRJ, 2011.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIDAL, M. R. **Proposta de Gestão Ambiental para a Reserva Extrativista do Batoque-Aquiraz/CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Brasil, 2006.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 55-75, 2009.